

**Processo:** 15090/2026

**Interessado:** Fundo Municipal de Saúde de Itaberaí-GO.

**Assunto:** Aquisição de medicamentos (**insulina glargina**) destinado ao atendimento das demandas espontâneas do Departamento de Assistência Social, da Secretaria Municipal de Saúde.

**Valor Estimado:** R\$ 207.180,00 (duzentos e sete mil e cento oitenta reais).

## **PARECER CONTROLE INTERNO**

### **Dos Fatos:**

Trata-se de procedimento encaminhado a esta Controladoria Geral do Município para parecer acerca da aquisição de medicamentos (**insulina glargina**), para atender as necessidades do Departamento de Assistência Social, da Secretaria Municipal de Saúde, neste Município, conforme Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência anexo.

A aquisição atenderá as necessidades dos serviços, quanto a reposição dos estoques do medicamento necessário para adesão ao tratamento de pacientes com várias patologias onde há indicação do medicamento e materiais objetivando aliviar, prevenir, combater ou curar a doença nos usuários que são assistidos pelo Departamento de Assistência Social, da Secretaria Municipal de Saúde.

É sucinto o relatório.

### **Da Fundamentação:**

Na qualidade de responsável pela Controladoria Geral do Município de Itaberaí-GO, em conformidade com o previsto no art. 74, inciso II da Constituição da República, Lei Municipal nº 1.226/2013, e Instrução Normativa 08/2021 do Tribunal de Contas dos Municípios, cabe a esta Controladoria uma atuação na fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial, no tocante a legalidade, economicidade, moralidade e eficiência na administração dos recursos e bens públicos.

Por se tratar, conseqüentemente de realização de despesas no referido procedimento de Licitação, resta configurado a competência do Controle Interno para análise da presente manifestação, o que passaremos a fazer.

Em linhas gerais, para que a Administração Pública celebre contrato administrativo com a iniciativa privada, há a necessidade de prévia licitação, a qual foi modernamente consagrada na Constituição Federal, no artigo 37, XXI.

Com tais premissas, depreende-se que a exigência de licitação prévia para as contratações da Administração Pública, em suas diversas modalidades, decorre da presunção constitucional de que este seria o meio hábil a assegurar a maior vantagem possível à Administração Pública, segundo seus princípios norteadores, assegurando, assim, que a supremacia do interesse público foi atendida neste certame.

#### **Da Análise Documental:**

O processo foi instruído com os documentos exigidos para a formalização dos procedimentos licitatórios, contratos e aditivos, constantes dos autos, a saber:

- I. consta Documento de Formalização da Demanda (DFD) nº. 365/2026;
- II. consta Estudo Técnico Preliminar nº 199/2026;
- III. consta Termo de Referência nº 206/2026
- IV. consta Pedidos de Compras/Serviços nº 75.711;
- V. consta Mapa de Cotação nº 37.679;
- VI. consta mapa de riscos nº 126/2026;
- VII. consta Declaração de Dotação Orçamentária;
- VIII. Departamento Geral de Compras;
- IX. Minuta do Contrato.

#### **Conclusão:**

Ante o exposto, esta Controladoria Geral do Município, após análise dos documentos constantes dos autos, conclui que o processo está revestido das

formalidades legais, na fase inicial, opinando pela REGULARIDADE do procedimento, podendo dar prosseguimento às fases posteriores.

Cumpre destacar que esta Controladoria não compete adentrar em aspectos relativos à conveniência e oportunidade da prática dos atos administrativos.

Controladoria Geral do Município, em 26 de maio de 2026.



**Eliseu José Braz – Cel R/R**  
Controlador Geral do Município  
Decreto nº 011/2025